

Felipe Neto assina TAC com MP e deve fazer ajustes em vídeos

O Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e Juventude da Capital, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o youtuber Felipe Neto. No acordo, Neto se compromete a fazer ajustes em seus vídeos no YouTube. Ele é o principal youtuber do país e seu canal tem 40,9 milhões de inscritos — entre eles, milhares de crianças e adolescentes.

Reprodução



Reprodução Felipe Neto firma acordo com MP-RJ e fará ajustes em vídeos do YouTube

O TAC teve origem no recebimento de uma denúncia sobre suposta violação de direitos infanto-juvenis no conteúdo produzido pelo youtuber, o que gerou a instauração de um inquérito civil. Quem bateu às portas do MP fluminense foi a também youtuber Antonia Fontenelle, que no meio do ano postou em rede social material associando Neto a pedofilia.

O caso foi parar nos tribunais — Felipe Neto a acusou de difamação. Depois da postagem de Fontenelle, o youtuber foi alvo de uma enxurrada de notícias falsas — o que levou inclusive a OAB a assinar um manifesto em sua defesa.

Termos do acordo

De acordo com o TAC, Felipe Neto deve gravar vídeos sobre a temática da classificação indicativa no acesso à internet, com explicações a respeito das faixas etárias e uso da classificação nos padrões preconizados pelo Ministério da Justiça, inclusive incentivando outros youtubers para que adotem a mesma providência. Essa medida será adotada em até 60 dias, a contar da assinatura do TAC.

O documento prevê ainda que Felipe Neto, dentro de 30 dias, efetue a revisão do conteúdo atualmente disponível em seu canal para constar a classificação indicativa adequada no título de todos os vídeos. Outro compromisso assumido pelo youtuber foi a disponibilização, em até oito meses, de um curso de educação digital gratuito, com viés multidisciplinar.



O curso, que será bancado por Felipe Neto, deverá abordar as práticas de controles parentais na internet, com orientações práticas de como proteger crianças e adolescentes no espaço cibernético. *Com informações da assessoria de imprensa do MP-RJ*.

Clique aqui para ler o TAC

Date Created 23/12/2020